

**Cardeal Joseph Ratzinger**  
***Uma Companhia sempre em Reforma***  
*(Una Compagnia sempre riformanda)*

Rimini  
*XI Meeting para a Amizade entre os Povos,*  
1 de Setembro de 1990

## **1. DESCONTENTAMENTO COM A IGREJA**

Não é preciso muita imaginação para adivinhar que a companhia sobre a qual quero falar é a Igreja. Talvez tenhamos evitado usar no título o termo “*Igreja*” porque ela provoca reacções espontâneas de defesa na maior parte dos homens de hoje. Eles pensam: “*já ouvimos até demais da Igreja e não foi nada agradável.*” A palavra e a realidade da Igreja caíram em descrédito. Por isso, nem uma reforma parece ser capaz de mudar alguma coisa. Ou talvez o problema seja simplesmente que até agora não se descobriu que tipo de reforma poderia fazer da Igreja uma companhia na qual valha realmente a pena viver.

Por que razão a Igreja é tão desagradável para tanta gente, e até mesmo para os cristãos, para pessoas que até há pouco tempo podiam ser incluídas entre as mais fiéis, ou que o são ainda hoje? Os motivos são muito diferentes e até mesmo opostos, conforme a posição de cada um. Alguns sofrem porque a Igreja se adaptou demais aos esquemas do mundo de hoje, outros estão aborrecidos porque ela ainda é estranha demais a esse mundo. A maior parte das pessoas fica descontente com a Igreja porque ela é uma instituição como tantas outras, e como tal limita a liberdade. A sede da liberdade é a forma com a qual se exprimem hoje o desejo de libertação e a consciência de não sermos livres, de sermos alienados. A invocação de liberdade quer uma existência que não seja limitada por aquilo que já é dado e que impede o meu pleno desenvolvimento, apresentando-me de fora o caminho que eu deveria seguir. Todavia, encontramos barreiras e obstáculos desse tipo em toda a parte, e eles impedem-nos de avançar. Os obstáculos que a Igreja coloca parecem muito mais pesados, porque penetram na esfera mais pessoal e mais íntima. Na verdade, as normas de vida de Igreja são muito mais que regras de trânsito para evitar os choques da convivência humana. Elas dizem respeito à minha vida interior e mostram-me como devo compreender e actuar a minha liberdade. Elas exigem de mim decisões que não posso tomar sem a dor da renúncia. Não estão então a querer negar-nos os frutos mais belos do jardim da vida? Não é verdade que com a estreiteza de tantos mandamentos e proibições bloqueiam a nossa estrada para um horizonte aberto? O pensamento e a vontade não são impedidos na sua grandeza? A libertação não deve ser necessariamente a saída dessa tutela espiritual? A única reforma verdadeira não deveria rejeitar tudo isso? Nesse caso, o que resta dessa companhia?

A amargura com a Igreja tem também um motivo específico. Num mundo governado por uma dura disciplina e por obrigações inexoráveis, a Igreja é depositária de uma silenciosa esperança. Ela poderia ser uma pequena ilha de vida melhor no meio de tudo isso, poderia ser um pequeno oásis de liberdade para onde seria possível retirarmo-nos de vez em quando. A decepção ou a ira contra a Igreja têm, por isso, um carácter particular, porque silenciosamente esperam dela mais do que das outras instituições mundanas. Ela deveria ser a realização do sonho de um mundo melhor. No mínimo, queremos experimentar nela o gosto de liberdade, de sermos livres, sair da caverna, como diz Gregório Magno baseando-se em Platão.

Todavia, uma vez que a Igreja não realizou esses sonhos no seu aspecto concreto e assumiu as características de uma instituição e de tudo o que é humano, ela é objecto de uma cólera particularmente amarga. Essa cólera não diminui porque não podemos extinguir o sonho que nos levou à Igreja com tanta esperança. Uma vez que a Igreja não é como aparece nos sonhos, procuramos desesperadamente fazer com que ela seja como queremos: um lugar no qual podemos experimentar todas as liberdades, um espaço no qual são superados todos os nossos limites, onde experimentamos aquela utopia que deve existir em algum lugar. Queremos construir um mundo melhor com a actividade política; deveríamos finalmente (talvez como primeira etapa rumo ao mundo melhor) construir também a Igreja melhor: uma Igreja plena de humanidade, de sentido fraterno, de criatividade generosa, um lar de reconciliação para tudo e para todos.

## 2. A REFORMA INÚTIL

Mas como deve acontecer? Como pode ter sucesso tal reforma? Pois bem, dizem, devemos pelo menos começar. Isso é dito muitas vezes com a ingénua presunção do iluminado que acredita que as gerações passadas não entenderam bem a questão ou foram muito timoratas e pouco iluminadas. Nós, porém, temos agora, finalmente, a coragem e ao mesmo tempo a inteligência. Por mais resistência que os reaccionários e os “fundamentalistas” possam opor a essa nobre tarefa, ela deve ser iniciada. Há uma receita que pode ajudar muito a dar o primeiro passo. A Igreja não é uma democracia. Ao que parece, ela ainda não integrou na sua constituição interna aquele património de direitos da liberdade que o Iluminismo reuniu e que, desde então, tem sido reconhecido como regra fundamental das formações sociais e políticas. Assim, parece a coisa mais normal do mundo recuperar de uma vez tudo o que foi deixado de lado e começar a aproveitar esse património fundamental de liberdade. Esse caminho, como se costuma dizer, conduz da Igreja paternalista e distribuidora de bens à Igreja-comunidade. Dizem que ninguém mais deveria ser o receptor passivo dos dons que fazem o ser cristão. Todos deveriam tornar-se agentes de vida cristã. A Igreja não deve mais descer do alto. Não! Somos nós que “fazemos” a Igreja e a “fazemos” sempre nova. Assim ela se tornará finalmente a “nossa” Igreja e nós seus sujeitos activos e responsáveis. O aspecto passivo dá lugar ao aspecto activo. A Igreja surge através de discussões, acordos e decisões. No debate emerge tudo aquilo que hoje pode ser exigido e reconhecido por todos como pertencente à fé ou como linha moral directriz. São cunhadas novas “fórmulas de fé” abreviadas. Na Alemanha, foi dito, a um nível bastante elevado, que até a Liturgia já não deve mais corresponder a um esquema previamente dado, mas deve surgir no local, numa determinada situação, por obra da comunidade para a qual é celebrada. A comunidade também não deve ser algo pré-constituído que seja expressão de si mesmo. Nesse caminho, a palavra da Escritura pode constituir um obstáculo, mas não é possível renunciar totalmente a ela. Nesse caso, é preciso abordá-la com muita liberdade de escolha. Contudo, não há muitos textos que possam ser empregues e adaptados tranquilamente àquela auto-realização à qual a Liturgia parece destinada.

Essa obra de reforma, na qual “a auto-gestão” deverá substituir a direcção de outros na Igreja, implica alguns problemas. Quem tem o direito de tomar decisões? Com base em que é que isso acontece? Na democracia política esse problema é resolvido com o sistema representativo: nas eleições, as pessoas escolhem os seus representantes, que tomam decisões por elas. Esse encargo é limitado no tempo, circunscrito quanto aos conteúdos nas grandes linhas do sistema partidário e inclui só os campos de acção política que a constituição atribui aos órgãos representativos e estatais.

Esse sistema suscita algumas questões. A minoria deve curvar-se ante a maioria, e essa minoria pode ser muito grande. Além disso não é garantido que o representante que elegi vai agir e falar como eu queria. Observando as coisas mais de perto, vemos que a maioria vitoriosa não se pode considerar plenamente como sujeito activo do evento político. Ela tem de aceitar também “decisões tomadas por outros”, pelo menos para não pôr em perigo todo o sistema.

Há um problema geral que ainda é mais importante. Tudo aquilo que os homens fazem pode ser anulado por outros homens. Nem tudo o que provém do gosto humano pode agradar a outros. Tudo o que uma maioria decide pode ser cancelado por outra maioria. Uma Igreja que se baseia numa maioria torna-se uma Igreja puramente humana. Ela é reduzida ao nível daquilo que é factível e plausível, daquilo que é fruto da sua acção e das suas instituições e opiniões. A opinião substitui a fé. Nas novas fórmulas de fé que eu conheço, a expressão “*creio*” significa “*nós pensamos*”. A Igreja que “*se faz*” tem, no fim, o sabor do “*si mesmo*”, que não agrada aos outros “*si mesmos*” e logo revela a sua insignificância. Reduz-se ao empírico e assim se dissolve também como ideal sonhado.

### 3. A ESSÊNCIA DA VERDADEIRA REFORMA

O activista, ou seja, aquele que quer construir tudo sozinho, é o contrário daquele que admira (o “*admirador*”). Ele restringe o campo da razão e perde de vista o Mistério. O nosso espaço na Igreja restringe-se quando as coisas são decididas conforme o nosso desejo. Na Igreja, a dimensão grande, libertadora, não é constituída por aquilo que nós fazemos, mas por aquilo que nos é dado, que não vem da nossa vontade e invenção mas nos precede. Vem a nós algo que não imaginamos, algo que “*é maior que o nosso coração*”. A *reformatio* necessária em todos os tempos não é a reforma da “nossa” Igreja como nós a queremos ou inventamos, mas quando deixamos de lado as nossas próprias construções em favor da luz puríssima que vem do alto e que é ao mesmo tempo a irrupção da liberdade.

Gostaria de explicar isso com uma imagem que encontrei em Miguel-Ângelo, que com ela retoma uma antiga concepção da mística e da filosofia cristãs. Com o olhar do artista, Miguel-Ângelo via na pedra que estava diante dele a imagem-guia que esperava ser libertada e dada à luz. Para ele, a tarefa do artista era tirar aquilo que ainda cobria a imagem. Miguel-Ângelo concebia a autêntica actividade artística como um trazer à luz, colocar em liberdade, não como um fazer.

Encontramos a mesma ideia, aplicada ao campo antropológico, em São Boaventura, que baseando-se no trabalho do fabricante de imagens, isto é, do escultor, explicava o caminho através do qual o homem se torna autenticamente ele mesmo. O grande teólogo franciscano dizia que o escultor não faz uma coisa. A sua obra é uma *ablatio*: ela consiste em eliminar aquilo que não é autêntico. Desse modo, através da *ablatio*, emerge a *nobilis forma*, a figura preciosa. O homem também deve acolher essa purificação para que resplandeça nele a imagem de Deus. A purificação através da qual o escultor, ou seja, Deus, o liberta de todas as escórias que obscurecem o aspecto autêntico do seu ser, que faziam com que ele parecesse um grosseiro bloco de pedra, no qual habita a forma divina.

Se entendermos justamente essa imagem, podemos ver qual é o modelo para a reforma eclesial. A Igreja sempre precisará de novas estruturas humanas que a ajudem a falar e a agir em todas as épocas históricas. Essas instituições eclesiais, com o seu ordenamento jurídico, não são más; em certo sentido, são necessárias e indispensáveis. Mas elas envelhecem, podem apresentar-se como coisas essenciais e desviar o olhar daquilo que é realmente essencial. Por isso, elas devem ser eliminadas como estruturas supérfluas. Reforma é *ablatio*: uma retirada para que se torne visível a *nobilis forma*, a face da Esposa, e com ela a face do Esposo, o Senhor vivo. Essa *ablatio*, essa “teologia negativa”, é um caminho rumo a uma meta inteiramente positiva. Só assim o divino penetra e só assim surge uma *congregatio*: uma assembleia, um encontro, uma purificação, aquela comunidade pura que desejamos. Uma comunidade na qual um “eu” não mais está contra um outro “eu.”. Aquela doação, aquele entregar-se com confiança, faz parte do amor, torna-se um receber recíproco de todo o bem e de tudo o que é puro. Assim, vale para cada um a palavra do pai generoso, que lembra ao filho invejoso aquilo que constitui o conteúdo da liberdade e de todas as utopias realizadas: “*tudo o que é meu é teu*” (Lc. 15,31; cf. Jo 17,1).

A verdadeira reforma é, pois, uma *ablatio* que como tal se torna *congregatio*. Vamos procurar compreender de forma mais concreta esta ideia, que é fundamental. Numa primeira abordagem opusemos o activista ao admirador e manifestámo-nos em favor deste. O que exprime essa contraposição? O activista é aquele que quer sempre fazer, coloca a sua actividade acima de tudo. Isso limita o seu horizonte ao âmbito do factível, daquilo que se pode tornar objecto da sua acção. Vê apenas os objectos. Não consegue perceber aquilo que é maior do que ele, porque isso poderia colocar um limite à sua actividade. Restringe o mundo àquilo que é empírico. O homem é amputado. O activista constrói para si uma prisão, contra a qual ele mesmo protesta em voz alta.

A autêntica maravilha diz “não” à limitação dentro daquilo que é empírico, que é unicamente “aqui”. Ela prepara o homem para o acto de fé, que escancara diante dos seus olhos o horizonte do Eterno, do Infinito. Só aquilo que não tem limites é suficientemente amplo para a nossa natureza; só o ilimitado é adequado para a vocação do nosso ser. Se esse horizonte desaparece, todos os resíduos de liberdade se tornam pequenos demais e todas as libertações que podem ser propostas são um substituto insípido e insuficiente. A primeira e fundamental *ablatio* necessária para a Igreja é o próprio acto de fé, que rompe as barreiras do finito e abre o espaço para chegar ao infinito. A fé leva-nos “*longe, a terras sem fim*”, diz o Salmo. O pensamento científico moderno fechou-nos cada vez mais no cárcere do positivismo, condenando-nos ao pragmatismo. Com ele podemos viajar até à Lua e ainda mais longe, no espaço infinito. Apesar disso, permanecemos no mesmo lugar, porque a verdadeira fronteira, a fronteira do quantitativo e do factível, não é ultrapassada. Albert Camus descreveu o absurdo dessa forma de liberdade na figura do imperador Calígula. Ele tinha tudo à disposição, mas todas as coisas eram estreitas demais para ele. No seu louco desejo de ter coisas maiores e em maior quantidade, ele gritava: *Quero a*

*Lua! Dêem-me a Lua!* Agora nós podemos ter a Lua, mas enquanto não se abre a verdadeira fronteira, a fronteira entre a terra e o céu, entre Deus e o mundo, a Lua é só mais um pedaço de terra e chegar lá não nos leva nem um passo mais próximos da plenitude que desejamos.

A libertação fundamental que a Igreja pode dar consiste em colocar-nos no horizonte do Eterno, fazer-nos sair dos limites do nosso saber e do nosso poder. A fé, em toda a sua amplitude e grandeza, é a reforma essencial de que precisamos. A partir dela, nós temos de pôr à prova aquelas instituições que temos de facto na Igreja. Isso significa que a Igreja deve ser a ponte da fé e que ela, especialmente na vida das suas associações que estão no mundo, não pode ser um fim em si mesma. Difundiu-se hoje em toda a parte, inclusive em altos níveis eclesiais, a ideia que uma pessoa é tanto mais cristã quando mais está envolvida em muitas actividades eclesiais. Incentiva-se uma espécie de terapia eclesial da actividade e do esforço. Procuram colocar todos numa comissão ou pelo menos nalguma função na Igreja. Deve sempre haver uma actividade eclesial, deve-se sempre falar da Igreja ou fazer alguma coisa por ela ou nela. Mas um espelho que só se reflecte a si mesmo já não é um espelho; uma janela que em vez de permitir um olhar livre para o horizonte se coloca como obstáculo entre o observador e o mundo não tem sentido. Uma pessoa pode exercer ininterruptamente actividades nas associações eclesiais e não ser um cristão. Pode acontecer que outra pessoa viva simplesmente da Palavra e do Sacramento e pratique o amor que vem da fé sem jamais ter participado em comissões eclesiais, sem ter sido membro de sínodos diocesanos nem ter votado neles, e seja um verdadeiro cristão. Nós não precisamos de uma Igreja mais humana; precisamos de uma igreja mais divina. Só assim ela será também verdadeiramente humana. Por isso, tudo o que é feito pelo homem dentro da Igreja deve ser considerado puramente como serviço e retirar-se diante daquilo que é essencial. A liberdade que nós com razão esperamos da Igreja e na Igreja não se realiza porque introduzimos nela o princípio da maioria. Ela não depende do facto que a maioria mais ampla possível prevaleça sobre a minoria mais restrita possível. Ela depende do facto que ninguém pode impor a sua vontade aos outros e que todos devem reconhecer-se ligados à palavra e à vontade do Único, que é o nosso Senhor e a nossa liberdade. A atmosfera torna-se sufocante na Igreja se os portadores do ministério se esquecem que o Sacramento não é uma divisão do poder mas uma expropriação de mim mesmo em favor daquele em nome de quem devo falar e agir. Quando a uma maior responsabilidade corresponde uma maior auto-expropriação, ninguém é escravo do outro; então, domina o Senhor, e por isso vale o princípio: “*O Senhor é Espírito. Onde está o Espírito do Senhor está a liberdade*” (2 Cor 3,17).

Quanto mais estruturas nós construímos, ainda que sejam as mais modernas, menos espaço existe para o Espírito, menos espaço para o Senhor, e há menos liberdade. Creio que desse ponto de vista temos de começar a fazer um exame de consciência sem reservas na Igreja, a todos os níveis. Esse exame de consciência deveria ter consequência concretas a todos os níveis e trazer uma *ablatio* que deixe transparecer novamente a face autêntica da Igreja. Isso poderia devolver-nos a todos o sentido da liberdade, e faria com que nos sentíssemos em casa de uma maneira completamente nova.

#### **4. MORAL, PERDÃO E EXPIAÇÃO: O CENTRO PESSOAL DA REFORMA**

Antes de prosseguir, vamos resumir brevemente aquilo que dissemos até agora. Falámos de duas “retiradas”, de um gesto de libertação que se compõe de dois actos: de purificação e de renovação. Primeiro falámos sobre a fé, que rompe o muro do finito e liberta o olhar para as dimensões do Eterno, não só o olhar mas também o caminho. A fé não é só reconhecer: é também operar. Não é só uma brecha no muro: é também uma mão que salva, que tira da caverna. Vimos as consequências para as instituições e que o essencial ordenamento da Igreja precisa de evoluir e de se organizar concretamente para que a sua vida se possa desenvolver num tempo determinado, mas que essa organização não se pode tornar essencial. A Igreja não existe para nos manter ocupados, como uma instituição mundana, e para se conservar viva, mas para ser o nosso acesso à vida eterna.

Agora temos de dar mais um passo e aplicar tudo isso não já ao nível geral e objectivo, como fizemos até agora, mas ao âmbito pessoal. Aqui também, na esfera pessoal, é necessário “remover” algo para nos libertarmos. No plano pessoal, nem sempre a “*forma preciosa*”, ou seja, a imagem de Deus inscrita em nós, aparece. Vemos em primeiro lugar a imagem de Adão, a imagem do homem decaído mas não totalmente destruído. Vemos as incrustações de pó e de sujidade que existem sobre a imagem. Todos nós precisamos do verdadeiro Escultor, que elimina aquilo que deturpa a imagem. Precisamos do perdão, que constitui o núcleo de todas as reformas. Não é por acaso que a remissão dos pecados ocupou um lugar fundamental nas etapas decisivas da formação da Igreja, narradas pelo Evangelho.

Em primeiro lugar a entrega das chaves a Pedro. O poder de ligar e desligar, de abrir e fechar, é no seu núcleo, o encargo de deixar entrar, de acolher em casa, de perdoar (Mt 16, 19). A mesma coisa se encontra de novo na Última Ceia, que inaugura a nova comunidade a partir do Corpo de Cristo e no

Corpo de Cristo. Ela torna-se possível porque o Senhor derrama o seu sangue “*por muitos, para a remissão dos pecados*” (Mt 26,28). Na sua primeira aparição aos Onze, o Ressuscitado funda a comunhão da sua paz dando-lhes o poder de perdoar (Jo 20, 19-23). A Igreja não é uma comunidade de pessoas que “*não precisam de médico*” mas uma comunidade de pecadores que vivem na graça do perdão transmitindo-a aos outros.

Se lemos com atenção o Novo Testamento vemos que o perdão não tem nada de mágico mas também não é um fingir, esquecer, não é “*fazer como se não tivesse acontecido*”. É um processo de mudança real que o Escultor faz. Retirar a culpa remove de facto alguma coisa; o perdão em nós mostra-se na penitência. Nesse sentido, o perdão é um processo activo e passivo: a poderosa palavra criadora de Deus em nós opera a dor da mudança e torna-se uma transformação activa. Perdão e penitência, graça e conversão pessoal, não estão em contradição, mas são duas faces do mesmo facto. Toda a nossa criação começa com o sermos criados, com a nossa participação na actividade criadora de Deus.

Aquí tocamos um ponto realmente central: eu creio que o núcleo da crise espiritual do nosso tempo tem raízes no esquecimento da graça e do perdão. Antes, porém, mencionarei o aspecto positivo: a dimensão moral começa a ser considerada novamente. Tornou-se evidente que o progresso técnico é discutível e em última análise destrutivo se não corresponde a um crescimento moral. Mas a invocação de moralidade permanece destituída de energia porque os parâmetros se escondem numa névoa de discussões. O homem não pode suportar a moral pura e simples, não pode viver dela: ela torna-se uma “lei” que provoca o desejo de a infringir e gera o pecado. Por isso, lá onde o perdão, o verdadeiro perdão cheio de eficácia, não é reconhecido ou não é objecto de fé, a moral deve ser delineada de modo tal que as condições do pecado para cada homem não possam verificar-se realmente. Em grandes linhas, podemos dizer que a actual discussão sobre a moral tende a libertar os homens da culpa, fazendo com que não existam condições para a sua possibilidade. Vem à menta a frase irónica de Pascal: *Ecce Patres qui tollunt peccata mundi!* Eis os Padres que tiram os pecados do mundo. Segundo esses “moralistas” simplesmente a culpa já não existe.

Naturalmente, essa forma de libertar o homem não é muito barata. Os homens assim libertados sabem muito bem que tudo isso não é verdade, que o pecado existe, que eles são pecadores e que deve existir uma forma efectiva de superar o pecado. O próprio Jesus não chamou aqueles que já se tinham libertado por si mesmos e por isso, assim acreditavam, não precisavam dele, mas chamou aqueles que sabiam que eram pecadores e por isso precisavam dele.

A moral só conserva a sua seriedade se existe também o perdão, um perdão real, eficaz: se não, ela cai num puro condicional vazio. O verdadeiro perdão só existe se há o “preço”, o “equivalente na troca”, se a culpa foi expiada. A relação que existe entre “moral, perdão e expiação” não pode ser cortada. Se falta um elemento, todo o resto cai.

A existência desse círculo indivisível mostra se existe ou não redenção para o homem. Nos cinco primeiros livros da Bíblia, a *Torah*, esses três elementos estão indissolivelmente ligados uns aos outros e por isso não é possível retirar desse centro compacto, pertencente ao cânon do Antigo Testamento, uma lei moral sempre válida, abandonando tudo o resto, à maneira iluminista. Essa forma moralista de actualização do Antigo Testamento acaba necessariamente em fracasso. Nesse ponto estava o erro de Pelágio, que hoje tem muito mais seguidores do que parece à primeira vista. Jesus cumpriu toda a Lei, e não só uma parte dela, e assim a renovou desde a base. Ele mesmo, que sofreu para expiar todas as culpas, é expiação e perdão ao mesmo tempo, e por isso é a única base segura e válida da nossa moral.

Não é possível distinguir a moral da cristologia, porque não se pode separá-la da expiação e do perdão. Em Cristo cumpre-se toda a Lei e por isso a moral tornou-se uma exigência verdadeira e possível para nós. A partir do núcleo da fé abre-se o caminho da renovação para a pessoa, para a Igreja como um todo, e para a humanidade.

## **5. O SOFRIMENTO, O MARTÍRIO E A ALEGRIA DA REDENÇÃO**

Haveria muitas coisas a dizer sobre isso. Todavia, vou procurar acenar brevemente àquilo que no nosso contexto parece a coisa mais importante. O perdão e a sua realização em mim através da via da penitência e do seguimento constituem o centro pessoal de toda a renovação. Como o perdão envolve a pessoa no seu núcleo mais íntimo, ele pode recolher na unidade e é também o centro da renovação da comunidade. Se são retirados de mim o pó e a sujidade, que tornam irreconhecível em mim a imagem de Deus, eu torno-me igual ao outro, que é a imagem de Deus, e sobretudo torno-me semelhante a Cristo, que é a imagem de Deus sem nenhum limite, um modelo segundo o qual nós fomos criados. Paulo exprime esse processo em termos drásticos: “*a velha imagem passou, surgiu uma nova; já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim*” (Gal 2,20). É um processo de morte e de nascimento. Sou arrancado do meu isolamento e acolhido numa nova comunidade-sujeito; o meu “eu” é inserido no “eu” de Cristo e

assim unido ao de todos os meus irmãos. Só a partir dessa profundidade de renovação da pessoa nasce a Igreja, nasce a comunidade que une e mantém na vida e na morte. Só quando levamos em consideração tudo isso vemos a Igreja na sua verdadeira grandeza.

A Igreja não é um pequeno grupo de activistas que reúnem num certo lugar para viverem em comunidade. A Igreja também não é simplesmente o grande grupo que se reúne aos Domingos para celebrar a Eucaristia. A Igreja é muito mais do que o Papa, os bispos e os sacerdotes, do que aqueles que estão revestidos do ministério sacramental. Todos os que citamos fazem parte da Igreja, mas a companhia na qual entramos através da fé vai muito além, vai além da morte. Dela fazem parte todos os Santos a partir de Abel e de Abraão e todas as testemunhas de esperança de que fala o Antigo Testamento, passando através de Maria, Mãe do Senhor, dos seus Apóstolos, através de Thomas Becket e Thomas More, para chegar a Maximiliano Kolbe, a Edith Stein, a Piergiorgio Frassati. Dela fazem parte todos os desconhecidos e os não citados, cuja fé ninguém conhece a não ser Deus; dela fazem parte os homens de todos os lugares e de todos os tempos, cujo coração espera e ama Cristo, o “*autor e aperfeiçoador da fé*”, como lhe chama a Carta aos Hebreus (12,2). Não são as maiorias ocasionais que se formam na Igreja que decidem o seu e o nosso caminho. Eles, os Santos, são a verdadeira maioria determinante segundo a qual nos orientamos. Eles traduzem o divino no humano, o eterno no tempo. Eles são os nossos mestres de humanidade, que não nos abandonam nem na dor e na solidão, e à hora da morte caminham ao nosso lado.

Tocamos aqui uma coisa muito importante. Uma visão do mundo que não pode dar sentido também ao sofrimento e fazer dele algo precioso não serve para nada. Ela fracassa quando surge a questão decisiva da existência. Aqueles que dizem apenas que o sofrimento deve ser combatido enganam-nos. Certamente é preciso fazer tudo o que se pode para aliviar a dor de tantos inocentes e para limitar o sofrimento. Mas não existe vida sem dor, e quem não é capaz de aceitar a dor evita aquela purificação que nos amadurece.

Na comunhão com Cristo a dor torna-se cheia de significado; não só para mim, como processo de *ablatio* no qual Deus retira as escórias que obscurecem a sua imagem em mim. A dor também é útil para todos, de modo que podemos dizer com São Paulo: “*por isso me alegro com os sofrimentos que suportou por vós e completo na minha carne o que falta aos sofrimentos de Cristo pelo seu corpo, que é a Igreja*” (Col 1,24). Thomas Becket, que junto com o Admirador e com Einstein nos guiou nas reflexões destes dias, encoraja-nos a dar mais um passo. A vida vai muito além da nossa existência biológica. Se não existe um motivo pelo qual vale a pena morrer, a vida também não vale a pena.

Se a fé abriu o nosso olhar e fez crescer o nosso coração, esta frase de S. Paulo adquire toda a sua força de iluminação: “*Ninguém vive para si mesmo e ninguém morre para si mesmo; porque se vivemos, e se morremos, é para o Senhor*” (Rom 14,7-8). Quanto mais estivermos radicados na companhia com Jesus Cristo e com todos os que pertencem a Ele, mais a nossa vida será sustentada por aquela radiante confiança que São Paulo exprimiu: “*Nem a morte, nem a vida, nem os anjos nem as potestades, nem o presente, nem o futuro, nem a altura nem a profundidade, nem nenhuma criatura nos poderá separar do amor de Deus que está em Cristo Jesus Nosso Senhor*” (Rom 8, 38sg).

Caros amigos, devemos deixar-nos preencher por essa fé! Então a Igreja crescerá como comunhão no caminho rumo à verdadeira vida e dentro dela. Então ela tornar-se-á a grande casa com muitas moradas, e a multiplicidade dos dons do Espírito pode operar nela. Então nós veremos “*como é bom e suave habitar juntos como irmãos. É como orvalho do Hermon, que desce sobre os montes de Sião; aí o Senhor dá a vida e a benção para sempre*” (Sl. 133, 1.3).